

OS DESAFIOS NO TRABALHO DOS AGENTES DE COMBATE À DENGUE NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND-PR

Edmar da Silva Oliveira¹

RESUMO: A dengue tornou-se um grande problema de saúde pública na sociedade preocupando o setor epidemiológico dos municípios brasileiros, que têm como principal parceiro no combate da dengue o agente de controle de endemias responsável pela orientação dos moradores. A pesquisa tem por objetivo analisar os desafios do cotidiano no trabalho dos agentes de combate à dengue no município de Assis Chateaubriand-PR. A metodologia utilizada primeiramente foi através de revisão bibliográfica (livros, periódicos, manuais), posteriormente aplicou-se um conjunto de questões para o levantamento das informações no trabalho de campo dos agentes, utilizando o método da técnica de análise do discurso do sujeito coletivo. Os resultados demonstraram a existência de varias situações enfrentadas no cotidiano dos agentes de controle de endemias prejudicando o desenvolvimento do programa de combate à dengue: terrenos com excesso de mato inviabilizando a vistoria do agente, além de ser depositado lixo com uma grande quantidade de recipientes facilitando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*; notou-se, também, que alguns moradores não colaboram com as inspeções realizadas pelos agentes nas residências não seguindo as recomendações repassadas, pois a participação e colaboração da população são fundamentais para a eficiência do sistema epidemiológico de combate a dengue.

Palavras-chave: agente; dengue; endemias; Saúde pública.

Challenges in the working of agents fighting dengue in Assis Chateaubriand city È pr.

ABSTRACT: Dengue has become a big public health problem in the society worrying epidemiological sector of Brazilian municipalities being the main partner in combating dengue control agent of endemic responsible for the orientation the residents. The research intends to analyze the challenges of everyday life in the work of agents to

¹ Tecnólogo em Meio Ambiente com ênfase em saneamento pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), pós-graduando em Geografia interação em meio ambiente pelo Centro Técnico-Educacional Superior do Médio Oeste Parananense(CTESOP). ed.ambiental00@hotmail.com

combat dengue in the city of Assis Chateaubriand-PR. The methodology used was, firstly, through literature review (books, journals, manuals); then applied a set of questions for gathering information in the field work of the agents, using the method of discourse analysis technique collective subject. The results showed the existence of various situations encountered in the routine of control agents endemics hindering the development of the program to combat dengue, with the problematic of excess land with weeds impeding an inspection agent, besides being deposited with a large garbage amount of containers facilitating the proliferation of the mosquito *Aedes aegypti*, noted also that some residents do not cooperate with inspections performed by agents in homes, not following the recommendations relayed, but participation and contribution of the population are critical to the efficiency of the system of combat epidemiologic dengue.

Keywords: Agent, Dengue, Endemic Diseases, Public health

INTRODUÇÃO

A sociedade vem defrontando-se com um sério problema de saúde pública na atualidade, a dengue, doença essa que tem grande agravo no verão, devido às condições ideais que favorecem o desenvolvimento de seu transmissor, que, segundo Consoli & Oliveira (1994), é a fêmea do *Ae. aegypti*, que foi introduzida através de embarcações que atracaram no período colonial, transportando escravos, possibilitando a chegada do mosquito em terras brasileiras.

O mosquito *Ae. aegypti* encontrou no Brasil as condições fundamentais para sua proliferação, desde as condições climáticas, ambientais e sociais, além das atividades desenvolvidas pela população no ambiente urbano, que favorecem o surgimento de criadouros artificiais propiciando locais para a oviposição da fêmea do mosquito *Ae. aegypti*. Porém sua dispersão no território brasileiro é facilitada através dos meios de transporte utilizados pela população. Em muitos casos, objetos que estão com ovos são levados para áreas distantes, e, quando esses ovos entram em contato com a água, eclodem. Segundo Brasil (2001), a grande capacidade de resistência dos ovos à dessecação é um dos principais meios de dispersão do inseto.

A dengue, de acordo com Brasil (2001), possui quatro sorotipos: DEN-1, DEN-2, DEN-3, DEN-4. No território brasileiro, há circulação dos vírus de dengue 1, 2 e 3, mas existe a possibilidade da introdução do vírus tipo 4 através das divisas secas com países vizinhos.

Observa-se, com as epidemias que vem sendo vivenciadas nas últimas décadas, que isso é reflexo da grande facilidade da circulação dos sorotipos virais em território brasileiro.

Somente no século passado começou-se a combater a dengue. Antes, todos os esforços eram voltados para o combate à febre amarela [...] sendo que, na Era Vargas, houve uma luta nacional pela erradicação do *Ae. Aegypti* (SILVA *et al.* 2008, p. 168).

O controle da dengue é uma das tarefas mais difíceis para o serviço de saúde, em razão da ampla capacidade de dispersão do vetor, da mobilidade das populações, do contingente populacional nas cidades e da complexidade dos problemas sociais e políticos que afetam a qualidade de vida e o ambiente (ALMEIDA *et al.* 2009, p. 667).

O Ministério da Saúde, em 1996, propõe o Programa de Erradicação do *Ae. aegypti* (PEAa). Mesmo não atingindo seus objetivos, teve méritos ao destacar a necessidade de atuação multissetorial, propondo um modelo descentralizado de combate à doença, com a participação das três esferas de governo (BRASIL, 2002, p. 03).

Um parceiro importante no controle da dengue é o agente de controle de endemias (ACEs), também denominado de agente de Vigilância Ambiental, de zoonoses, entre outros, sendo esse profissional responsável pela eliminação de criadouros de difícil acesso, como caixa d'água, ou pelo uso de larvicidas (BRASIL, 2009, p. 29).

O agente de combate a endemias (ACE) é um profissional fundamental para o controle de endemias, e deve trabalhar de forma integrada às equipes de atenção básica na estratégia da saúde da família [...] contribuindo para promover uma integração entre as vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental, favorecendo um contato permanente com a comunidade onde trabalhar (TORRES, 2009, p. 16).

De acordo com a lei nº 11.350 de outubro de 2006, citado no art. 4º, o agente de combate a endemias tem como atribuição o exercício de atividades

de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Os agentes de combate de endemias (ACEs) trabalham em contato direto com a população [...] esse é um dos fatores que possibilita maior sucesso do trabalho (TORRES, 2009, p. 16). Ao orientar os moradores para selecionar os recipientes e guardá-los de forma adequada, contribuem para evitar que sejam jogados em rios ou deixados a céu aberto, trazendo outros problemas para a comunidade (BRASIL, 2009, p. 29).

A participação comunitária, de forma consciência e ativa, nas ações de vigilância e controle do *Ae. aegypti*, tem sido apontada como um dos principais eixos de um programa de controle, ao mesmo tempo em que se constitui uma das mais complexas tarefas a serem implementadas (DIAS, 1998 *apud* FERREIRA *et al.* 2009, p. 2.684).

É evidente que a participação comunitária no controle do *Ae. aegypti* envolve a participação do município e o compromisso das autoridades locais, com o atendimento das necessidades apontadas pela comunidade, devendo-se, inclusive, convocar os setores do comércio e indústria, além de associações representativas da comunidade (BRASIL, 2001, p. 68).

Diante do contexto analisado, este estudo tem como finalidade abordar os desafios encontrados na rotina diária de trabalho dos agentes de combate a endemias da equipe epidemiológica do município de Assis Chateaubriand-PR, favorecendo investigação dos obstáculos que minimizam as ações preventivas no combate a dengue.

OBJETIVO

O presente estudo tem por objetivo analisar os desafios encontrados diariamente na rotina de trabalho dos agentes de combate a endemias (ACEs), desenvolvida nos bairros do município de Assis Chateaubriand-PR.

MATERIAIS E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

O município de Assis Chateaubriand-PR, localizado na região oeste do estado do Paraná, com uma população de 33.023 habitantes.

A área do perímetro urbano do município é dividida em 14 localidades para o desenvolvimento do trabalho no combate a endemias. Essa divisão é para facilitar o trabalho operacional da equipe municipal de controle da dengue, que é composta por 18 agentes.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo de característica exploratória, com abordagem qualitativa, realizado no município de Assis Chateaubriand-PR, pesquisando os profissionais de saúde do setor epidemiológico no combate a endemias.

A abordagem qualitativa é uma metodologia, segundo Neves (1996, p. 01), que é realizada através da obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.

O objeto de estudo são os desafios enfrentados no cotidiano do trabalho dos agentes de endemias, buscando garantir o máximo da realidade, sistematizando um conjunto de informações que foram obtidas por meio de: (a) realização da entrevista com a equipe de combate à dengue; (b) entrevista através de questionários elaborados com perguntas abertas.

Revisão bibliográfica

Primeiramente realizou-se a revisão bibliográfica sobre o tema pesquisado "Desafios enfrentados no cotidiano de trabalho dos agentes de combate a endemias (ACEs)", através de consultas em periódicos, manuais, livros, dissertação relacionada na literatura.

Organização da pesquisa

Obtenção das informações

A obtenção dos dados necessários foi realizada através da aplicação de questionário aos agentes de combate a endemias (ACEs), no mês de novembro de 2012, com um conjunto de questões formuladas por meio de perguntas objetivas com a finalidade de ser o mais real possível da sua realidade do trabalho de campo, observando os desafios dos agentes.

Análise das informações obtidas

As informações adquiridas no levantamento de campo através de entrevistas foram tratadas segundo o método da técnica de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC). Segundo Zolinger & Fadel (2011), essa estratégia metodológica visa tornar mais clara uma dada representação social. Consiste na reunião, em um só, discursos individuais emitidos, como resposta a uma mesma questão de pesquisa, por sujeitos social e institucionalmente equivalentes ou que fazem parte de uma mesma cultura organizacional e de um grupo social homogêneo, na medida em que os indivíduos que compõem esse grupo ocupam a mesma ou posições vizinhas num dado campo social (ZOLINGER & FADEL, 2011).

A entrevista é uma maneira utilizada para a realização do diagnóstico, consistindo no encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto mediante uma conversação profissional (FACCIONI *et al.* 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Assis Chateaubriand-PR dispõe de 1 equipe de profissionais no combate de endemias, constituída de 18 agentes, dos quais 14 do sexo feminino (77,78%) e apenas 4 do sexo masculino (22,22%). Considerando a escolaridade, foi possível observar que, no grupo pesquisado, (94,44%) possuíam ensino médio e (5,56%) tinham ensino superior.

Na primeira questão foram abordadas quais as ações desenvolvidas com maior frequência na rotina diária do trabalho realizado pelos ACEs.



Nossa rotina de trabalho tem como finalidade orientar o morador através do uso da educação em saúde para minimizar os riscos de uma possível epidemia, mas o que realmente ocorre é uma exigência bem maior do ACE, devido à falta de consciência e cuidados de uma parcela da população, através de hábitos e costumes que proporcionam o surgimento de potenciais criadouros de *Ae. aegypti*. Essa situação é devida a algumas atitudes de moradores, que facilitam a dispersão do mosquito. Por exemplo, a quantidade de lixo que é depositado em terrenos baldios (**Figura 1. (A) e (B)**), quando recipientes que se encontram nesse lixo ficam expostos à chuva acumulando água proporcionando o aparecimento de criadouros.+

Figura 1. (A) pneus abandonados em terrenos baldios; **(B)** vários tipos de pequenos recipientes destinados de forma inadequada.

Embora a maior parte dos municípios brasileiros tenha sistema de gerenciamento de resíduos sólidos de acordo com as exigências ambientais, por outro lado, a população não tem colaborado, favorecendo ocorrência de pontos isolados de destinação inadequada no perímetro urbano prejudicando a eficácia do sistema.

Observa-se, na figura 1 . (A), que ocorre a destinação inadequada de pneus inservíveis em terrenos baldios, constituindo um sério problema ambiental e risco à saúde pública, possibilitando a formação de criadouros de *Ae. Aegypti*, além da poluição do solo.

A lei estadual nº 12.493/99, estabelece os princípios, procedimentos, normas e critérios referente à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos sólidos no estado do Paraná, em seu art.11, institui que as empresas fabricantes e/ou importadoras de pneus são responsáveis pela coleta e reciclagem dos produtos inservíveis, obedecidas as condições e critérios estabelecidos pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

De acordo com a resolução do CONAMA nº 258, de agosto de 1999, a necessidade de dar destinação final, de forma ambientalmente adequada e segura, aos pneumáticos inservíveis, resolve, através do art. 1, que as empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção definida nesta resolução relativamente às quantidades fabricadas e/ou importadas.

Posteriormente analisa-se a figura 2- (B), onde é possível verificar que vários recipientes que são originários do consumo de produtos se transformam em resíduos, que poderiam ser reciclados; muitas pessoas, porém, preferem dar um destino incorreto proporcionando um acúmulo em terrenos baldios. Na composição há uma grande variedade de pequenos objetos (latas, plásticos, vidros etc.) favorecendo a proliferação do *Ae. Aegypti* após acúmulo de água da chuva.

Os recipientes provenientes do lixo doméstico normalmente apresentam menor tamanho possibilitando, por um lado, rápido acúmulo de água de chuva (SOUZA-SANTOS, 1999 *apud* LEFÈVRE *et al.* 2007). Assim, a manutenção e a dispersão do *Ae. aegypti* no meio ambiente tem estreita relação com o modo de vida do ser humano (LEFÈVRE *et al.* 2007, p. 406). Um procedimento que anteriormente era pouco valorizado no combate a dengue, mas que vem ganhando importância na última década, é o manejo do ambiente.

O ACE tem como obrigação básica descobrir focos, destruir e evitar a formação, impedir a reprodução de focos e orientar a comunidade com ações educativas. No entanto, a abordagem ampla e a participação comunitária são fundamentais e imprescindíveis (BRASIL, 2001).

Com relação à segunda questão, abordou a maneira que os ACEs são recebidos pelos moradores no trabalho de combate a endemias nas residências.

Em alguns casos ocorre o questionamento da nossa visita nas residências. Alguns moradores indagam: Nossa! Faz pouco tempo que estiveram passando! Nós explicamos que o trabalho de combate à dengue é importante; são realizados trabalhos sequencialmente para minimizar o surgimento de criadouros. Após informarmos o porquê da visita, os moradores permitem o desenvolvimento do trabalho no imóvel, porém alguns moradores não prestam atenção nas orientações recomendadas pelo agente, outros ficam reclamando e fazendo observações sobre a rede de drenagem entupida, a falta de um sistema de coleta de lixo eficiente. Essas reclamações dos moradores são anotadas e repassadas aos departamentos responsáveis para as soluções cabíveis.

*Porém há uma parcela da população que nos recebe (os agentes) com maior entusiasmo e com maior educação, facilitando as orientações recomendadas, proporcionando a participação do morador na eliminação de criadouros e na prevenção e combate ao *Ae. aegypti*.*

O baixo reconhecimento é um dos aspectos que interferem na produtividade do trabalho. Possui relação com a representação que o trabalhador percebe do seu trabalho, as respostas que recebe [...] da população assistida influenciando na autoestima (SANTOS & DAVID, 2011, p. 54). Esse reconhecimento representa um grande motivador para continuidade de suas ações de maneira criativa valorizando seus saberes e práticas (SANTOS & DAVID, 2011, p. 54).

A participação do morador na realização dos procedimentos e das práticas preventivas, e de uma melhor receptividade, demonstra o quanto é importante para o agente a sensibilização da população para a problemática da dengue e da importância dada ao seu trabalho (BAGLINI *et al.* 2005, p. 1.149).

Observa-se que é fundamental que os ACEs tenham paciência para ouvir os relatos de reclamações ligadas à área epidemiológica, saúde e

saneamento, repassando os problemas sanitários encontrados ao departamento responsável, para serem tomadas as providências cabíveis, o mais breve possível, proporcionando melhor qualidade de vida à população.

Nota-se, através das informações prestadas pelos ACEs, que há uma grande preocupação em repassar as orientações recomendadas corretamente aos moradores no combate à dengue, minimizando as condições e a possibilidade de desenvolvimento do mosquito *Ae. aegypti*.

Posteriormente, na terceira questão, foi abordado se o trabalho desenvolvido diariamente correspondia às expectativas dos ACEs.

Tudo depende dos imóveis que trabalhamos. Em alguns são realizadas 100% das vistorias, além dos elogios que recebemos do nosso trabalho, aumentando nossas expectativas no cotidiano. Porém não é sempre assim. Em alguns imóveis não conseguimos desenvolver o trabalho corretamente, devido à resistência dos moradores em aceitar as informações repassadas no manejo correto do seu quintal, argumentando que a dengue não se prolifera em pequenos criadouros ou em recipientes que são utilizados para armazenamento de água de chuva, frustrando nosso trabalho.

Observa-se que a dificuldade de recepção do morador esbarra no campo de atuação do agente, pois as recusas e a má vontade [...] nada mais representam do que a intenção em garantir certa privacidade no âmbito particular, pois o caráter fiscalizador é ainda o principal fator de distensão entre eles (BAGLINI, *et al.* 2005, p. 1.149).

O diálogo e a construção compartilhada do conhecimento representam ferramentas que propiciam o encontro entre a cultural e a científica [...] é importante a disponibilidade de escuta e fala dos atores que se põem em relação, cada qual, portanto uma visão de saberes e práticas diferentes, convivendo em situações de reciprocidade e cooperação (BRASIL, 2007).

De acordo com a lei nº 2.591, municipal, estabelecem-se medidas de fiscalização sanitária visando à prevenção e combate ao mosquito *Ae. Aegypti*, transmissor da dengue, e dá outras providências, Art. 3º, VI- os proprietários

locatários, possuidores ou responsáveis, a qualquer título, de imóveis, são obrigados a permitir o ingresso, em seus respectivos imóveis, do agente de saúde ou qualquer outra autoridade sanitária responsável pelo trabalho de controle da dengue, para a realização de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra providência de combate à dengue.

Quando os ACEs foram questionados sobre as dificuldades encontradas no trabalho.

Na rotina de trabalho, encontramos vários terrenos baldios em péssimas condições de manejo, dificultando a realização da vistoria. Em muitos casos possuem grande quantidade de vegetação (**figura 2- (A) e (B)**), propiciando a proliferação de insetos peçonhentos que produzem risco à saúde da população. Esses terrenos baldios com alta vegetação favorecem que alguns cidadãos deponham seus resíduos nesses locais, facilitando a ocorrência de criadouros de mosquito *Ae. Aegypti*.

Outro tipo de situação que enfrentamos no trabalho é a quantidade de imóveis vazios. Na maioria dos casos moradores estão trabalhando impossibilitando a entrada no quintal da residência. Quando isso ocorre, são necessárias medidas de planejamento em horários especiais para que seja realizado o trabalho para que a área fique 100% vistoriada.



Figura 2. (A) Terrenos baldios com alta concentração de mato impossibilitando vistoria dos agentes de endemias; **(B)** Moradores depositam resíduos de construção civil nos terrenos baldios.

Verifica-se que vários proprietários não realizam o manejo em seus terrenos, favorecendo o crescimento de matos, trazendo preocupação aos moradores vizinhos e do bairro devido à formação de possíveis focos de dengue. Além da grande quantidade de resíduos de construção civil (construção, reformas, demolição) que são depositados de maneira irregular nos terrenos baldios.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), através da Resolução nº 307/02, considera que os geradores de resíduos da construção civil devem ser responsáveis pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições [...] resolve por meio do art. 4 . os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.

As dificuldades de acesso aos focos do vetor nas edificações comprometem a identificação dos criadouros, representando um sério obstáculo para a eficiência das ações de controle. Criadouros não encontrados são desconhecidos para a população e podem ser a principal causa dos constantes índices elevados de infestação do vetor a despeito dos esforços de controle (WERMELING *et al.* 2008, p. 153).

A eficiência no controle da dengue depende da redução dos focos do vetor que, por sua vez, depende das vistorias nas edificações para identificar os locais propícios para acumular água e servir de criadouros das larvas do vetor *Ae. aegypti*. A realização dessas vistorias é preconizada no programa de combate à dengue e fundamental para alcançar as metas estabelecidas (WERMELING *et al.* 2008, p. 152).

A manutenção do quintal limpo, muito citada como prática preventiva, mostra claramente um problema de representação, pois os reservatórios encontrados nos quintais - tais como vasilhames pequenos, pneus, latões, entre outros - são considerados, pelos moradores, como coisas de serventia e não lixo (LENZI *et al.* 2000, p. 853).

Neste caso, existe a necessidade de se entender essas representações e de trabalhar, junto à população, formas seguras de guardar esse tipo de material, em lugar de limitar-se à aplicação do larvicida e insistir em sua eliminação (LENZI *et al.* 2000, p. 853).

As informações sobre os procedimentos de controle e prevenção da dengue são repassadas às comunidades [...] essas informações constituem-se num dos principais fundamentos sobre os quais as pessoas constroem o conhecimento e dão significado ao trabalho de prevenção da dengue (CHIARAVALLOTI *et al.* 2002, p. 1.322).

Porém, quando os ACEs foram abordados sobre o que deveria ser realizado para minimizar os desafios encontrados no trabalho de combate a endemias?

“Precisamos de um trabalho de união entre todos, exclusivamente dos setores (público e privado), com a participação da comunidade através de campanhas educativas (panfletos, palestras), além do uso da mídia (televisão, rádio) para uma divulgação em massa atingindo a população em geral, proporcionando um maior entendimento da importância da visita dos agentes de combate a endemias (ACEs) em suas residências, tendo um programa de combate à dengue com maior eficácia na prevenção e eliminação de criadouros de Ae. aegypti.”



Figura 3. Folhetos de divulgação em campanhas de combate à dengue no estado do Paraná.

Fonte: Secretaria de Saúde, estado do Paraná.

Na maioria dos materiais informativos, observa-se que são ilustrados maneiras e cuidados recomendados para evitar o surgimento de reservatórios de *Ae. aegypti*; através do manejo do ambiente, porém, atualmente as campanhas vêm divulgando a cooperação dos moradores no ingresso dos agentes em suas residências para realização do trabalho de educação em saúde, minimizando os casos de dengue.

Campanhas informativas, que utilizam redes de televisão, rádios, jornais, folhetos, cartazes, palestras comunitárias buscando a colaboração da população para a eliminação dos focos de mosquitos têm demonstrado eficiência limitada (CLARO *et al.* 2004, p. 1.448).

Lenzi *et al.* (2000, p. 852), em sua pesquisa, afirmaram que o meio de comunicação utilizado como fonte de informação mais frequente a respeito da dengue foi a televisão, seguido pelo rádio e pela conversa informal com outras pessoas.

Os materiais informativos produzidos e divulgados em uma campanha de saúde pública podem ter grande relevância no esclarecimento da população

sobre a doença e sua prevenção, orientando sobre sintomas relativos à dengue clássica e a hemorrágica, além dos cuidados com focos domésticos, através da divulgação de informações científicas em linguagem popular, possibilitando a compreensão da etiologia, sintomatologia e medidas de controle (LENZI & COURA, 2004, p. 344). Essas ações conscientizam a população sobre a importância na participação da eliminação dos criadouros do *Ae. aegypti* [...] visando à criação de uma conscientização coletiva (RAMOS & CORREIA, 2010, p. 2.629).

Em estudo realizado por Caregnato *et al.* (2008, p.135), observa-se que participantes das oficinas e palestras afirmaram terem adotado novas medidas com a organização doméstica como resultado das informações que receberam sobre a doença, que realmente apresentaram menos criadouros em suas residências.

As abordagens baseadas na participação comunitária e educação em saúde têm sido cada vez mais valorizadas, ao lado das ações ambientais e da vigilância epidemiológica, entomológica (GLUBER & CLARK, 1994; GUBLER & CLARK, 1996 *apud* CLARO *et al.* 2004, p. 1.448).

Considerando a informação importante componente nos programas de promoção da saúde e prevenção de doenças e que a dengue no país é um grave problema de saúde pública, mensagens informativas deveriam circular intensivamente durante todo o ano, evitando, inclusive, a falsa ideia de que dengue só ocorre no verão (LENZI & COURA, 2004, p. 344).

Outro fator importante no combate à dengue no município de Assis Chateaubriand-PR foi a promulgação da lei nº 2.591, com intuito de estabelecer um instrumento de apoio ao trabalho de campo dos agentes de combate a endemias (ACEs), propiciando uma maior responsabilidade dos moradores na eliminação dos criadouros de mosquitos, além de facilitar um maior controle do *Ae. aegypti* e minimizando sua dispersão.

Através da lei nº 2.591 no art. 1º, o município de Assis Chateaubriand-PR, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, propiciará condições sanitárias

objetivando desenvolver ações de fiscalização que visam eliminar, diminuir ou prevenir os riscos e agravos à saúde pública provocados pelo mosquito *Ae. Aegypti*, transmissor da dengue, bem como de animais sinantrópicos.

A participação da comunidade no controle do *Ae. Aegypti* objetiva não apenas o controle da dengue como também o desenvolvimento de atitudes e práticas saudáveis, pois melhoram a higiene do ambiente doméstico (CAVALCANTE *et al.* 2007, p. 145). A afirmação da necessidade da participação do morador na realização dos procedimentos e das práticas preventivas, e de uma melhor receptividade demonstra o quanto é importante para o agente a sensibilização da população para a problemática da dengue e da importância dada ao seu trabalho (BAGLINI *et al.* 2005, p. 1.149).

CONCLUSÃO

Os resultados demonstraram que as dificuldades enfrentadas diariamente na rotina de trabalho dos agentes de combate a Endemias (ACEs) são variadas, desde terrenos com excesso de mato impossibilitando vistorias, facilitando a proliferação de várias espécies de insetos que trazem problemas de saúde pública, em especial a dengue, além das restrições impostas por alguns moradores no trabalho desenvolvido nos quintais de suas residências prejudicando o programa de combate à dengue. A lei municipal nº 2.591 dá suporte e minimiza os problemas que os agentes enfrentam no trabalho em relação a imóveis fechados, recusas, estabelecendo medidas de fiscalização sanitária visando à prevenção e combate ao mosquito *Ae. aegypti*. Outro ponto fundamental e decisivo no programa de combate a dengue é a participação e colaboração dos moradores ao receber os agentes em sua residência, seguindo as orientações recomendadas através da educação em saúde, proporcionando maior qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. S.; MEDRONHO, R. A.; VALÊNCIA, L. I. O. Análise espacial da dengue e o contexto socioeconômico no município do Rio de Janeiro, RJ. *Rev Saúde Pública*. 2009 ago; 43 (4): 666-73.

BAGLINI, V.; FAVARO, E. A.; FERREIRA, A. C.; CHIARAVALLOTI-NETO, F.; MONDINI, A., DIBO, M. R.; BARBOSA, A. A. C.; FERRAZ, A. A.; CESARINO, M. B. Atividades de controle da dengue na visão de seus agentes e da população atendida, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2005 jul/ago; 21(4): 1142-52.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Dengue instrução para pessoal de combate ao vetor. Manual de normas técnicas*. 3. ed. rev. Brasília, DF: Funasa; 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Caderno de educação popular e saúde*. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DE SAÚDE. *O agente comunitário de saúde no controle da dengue*. Secretaria de Atenção à Saúde . Brasília-DF, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD)*. Brasília-DF, 2002.

CAVALCANTE, K. R. J. L.; PORTO, V. T.; TAUIL, P. L. Avaliação dos conhecimentos, atitudes, e práticas em relação à prevenção de dengue na população de São Sebastião-DF, Brasil, 2006. *Comunicação Ciências Saúde*. 2007 abr/jun; 18(2): 141-46.

CAREGNATO, F. F.; FETZER, L. O.; WEBER, M. A.; GUERRA, T. Educação ambiental como estratégia de prevenção à dengue no bairro do Arquipélago, Porto Alegre, RS, Brasil. *Rev Bras de Biociências*. 2008 abr/jun; 6(2): 131-36.

CHIARAVALLOTI, V. B.; MORAIS, M. S.; CHIARAVALLOTI-NETO, F.; CONVERSANI, D. T.; FIORINI, A. M.; BARBOSA, A. A. C.; FERRAZ, A. A. Avaliação sobre a adesão às práticas preventivas do dengue: o caso de Catanduva, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2002 set/out; 18(5): 1321-329.

CLARO, L. B. L.; TOMASSINI, H. C. B.; ROSA, M. L. G. Prevenção e controle da dengue: uma revisão de estudos sobre conhecimentos, crença e práticas da população. *Cad. Saúde Pública*. 2004 nov/dez; 20(6): 1447-457.

CONAMA. Resolução nº 258, de 02 de dezembro de 1999. Disponível: WWW.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi+258

CONAMA. Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002. Publicado no DOU nº 136, de 17/07/2002. Disponível: WWW.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307

CONSOLI, R. A. G. B.; OLIVEIRA R. L. Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

DIAS, J. C. P. Problemas e possibilidades de participação comunitária no controle das grandes endemias no Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 1998; 14 (suppl 2): 19-37.

FACCIONI, R.; ZONIN, W. J.; SILVA, N. L. S.; SILVA, P. C. S.; FEIDEN, A. Diagnóstico socioeconômico da vila rural de Santa Clara no município de Marechal Cândido Rondon-PR. *Rev. Cultivando o Saber*. 2010 jul/set; 3(3): 85-98.

FERREIRA, I. T. R. N.; VERAS, M. A. S. M.; SILVA, R. A. Participação da população no controle da dengue: uma análise da sensibilidade dos planos de saúde de municípios do Estado de São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2009 dez; 25(12): 2683-694.

GUBLER, D. J.; CLARK, G. C. Community-based integrated control of *Aedes aegypti*: a brief overview of current programs. *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*. 1994; 50 (suppl 6):50-60.

GUBLER, D. J.; CLARK, G. G. Community involvement in the control of *Aedes aegypti*. *Acta Trop*. 1996 apr; 61(2):169-79.

LEFÈVRE, A. M. C.; RIBEIRO, A. F.; MARQUES, G. R. A. M.; SERPA, L. L. N.; LEFÈVRE, F. Representações sobre dengue, seu vetor e ações de controle por moradores do município de São Sebastião, Litoral Norte do Estado de São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2007 jul; 23(7): 1696-1706.

LENZI, M. F.; COURA, L. C.; GRAULT, C. E.; VAL, M. B. Estudo do dengue em área urbana favelizada do Rio de Janeiro: considerações iniciais. *Cad. Saúde Pública*. 2000 jul/set; 16(3):851-856.

LENZI, M. F.; COURA, L. C. Prevenção da dengue: a informação em foco. *Rev Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. 2004 jul/ago; 37(4):343-350.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa-características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, pp. 01-05. 1996.

RAMOS, M. G. M.; CORREIA, M. L. A. *A educação ambiental na prevenção e controle da dengue no município de fortaleza: reflexões sobre saúde e sustentabilidade ambiental*. In: Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010, Fortaleza-CE, pp. 2617-2637.

SANTOS, L. F. B.; DAVID, H. M. S. L. Percepções do estresse no trabalho pelos agentes comunitários de saúde. *Rev Enfermagem*. 2011 jan/mar; 19(1):52-57.

SILVA, J. S.; MARIANO, Z. F., SCOPEL, I. A dengue no Brasil e as políticas de combate ao *Aedes aegypti*: da tentativa de erradicação às políticas de controle. *Rev. Hygeia*. 2008 jun;3(6):163-75.

SOUZA-SANTOS, R. Fatores relacionados à ocorrência de formas imaturas de *Aedes aegypti* na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, Brasil. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop*. 1999 jul/ago; 32(4): 373-82.

TORRES R. Agente de combate a endemias: Construção de uma identidade sólida e a formação ampla em vigilância são desafios dessa categoria. *Rev. Poli.* 2009 jan/fev; ano 1(3):16-7.

WERMELING, E. D.; COHEN, S. C.; THAUMATURGO, C.; SILVA, A. A.; RAMOS, F. A. F.; SOUZA, M. B.; SOUZA, M. B. Avaliação do acesso aos criadouros do *Aedes aegypti* por agentes de saúde do programa Saúde da Família no município do Rio de Janeiro. *Rev Baiana de Saúde Pública.* 2008 mai/ago; 32(2):151-58.

ZOLINGER, G. A.; FADEL, C. B. Agentes comunitários de saúde: uma análise qualitativa como subsídio para a discussão do seu processo de trabalho. *Rev. Brasileira de Pesquisa em Saúde.* 2011 jan/mar; 13(1):38-45.

Recebido em 16 de junho de 2013.

Aceito em 30 de dezembro de 2013.